



UMA ANÁLISE CRÍTICA DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR ENQUANTO INSTRUMENTO DE REPRODUÇÃO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS

Jonas Antônio Bertolassi, Mestrando no Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação, Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim.

Orientadora: Taíse Morgana Presotto, Mestre em Educação, Docente na Escola Estadual de Educação Básica Dr. Sidney Guerra

Bruna Sabaranski Bordignon, Mestranda no Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação, Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim.

Emanuele Ariane Kreps, Mestranda no Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação, Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim.

Emanuelly Wouters Silva, Mestranda no Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação, Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim.

Neiva Maria Buchkoski, Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação, Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim.

E-mail primeiro autor: jonasbertolassi@gmail.com

Partindo da concepção de que é necessário pensar e/ou discutir a educação sempre com um olhar sociopolítico, surge a temática deste estudo, voltada à discussão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Tal pesquisa justifica-se pelo fato de a BNCC ser uma normativa que regulamenta, a nível nacional, os currículos e as aprendizagens essenciais a serem desenvolvidas pelos estudantes em todas as modalidades da Educação Básica. Diante dessas considerações, emerge o objetivo deste trabalho: problematizar a BNCC enquanto instrumento de reprodução das políticas neoliberais. A fim de atender às especificidades do objeto de estudo em evidência, a metodologia enquadrou-se em uma pesquisa bibliográfica, com a finalidade de fundamentar as discussões presentes nesse estudo em pesquisas já desenvolvidas dentro das especificidades dos aspectos teórico científicos. Tal pesquisa buscou sustentação teórica em autores como: Apple (2002); Cury (2002); Freire (2013); Manfré (2020); Trevisol e Almeida (2019), entre outros. Tais autores foram selecionados considerando seus campos de estudos, pelo fato de problematizarem por meio de suas produções, aspectos contemporâneos e sociológicos da educação. Apple (2002), Cury (2002), instigam reflexões voltadas a escola enquanto uma instituição de caráter político, e conseqüentemente um aparelho de reprodução dos ideais neoliberais. Freire (2013), compartilha dessas reflexões, embasado em princípios educativos sócio democráticos. Já Manfré (2020) e Trevisol e Almeida (2019), problematizam em suas pesquisas como tais

aspectos discutidos pelos demais autores vem sendo contemplados pela nova BNCC. Tendo em vista que a educação não se concretiza em sua integralidade sem os professores, seria, pois, conveniente que as legislações fossem pensadas também por eles. No entanto, com base no levantamento bibliográfico, os resultados apontam que a participação docente durante o processo de construção da BNCC não foi significativa, embora seja uma normativa educacional. Isso se caracteriza, portanto, como uma grande fragilidade. Em contrapartida, fica evidente, na redação da normativa, os interesses de diferentes grupos empresariais¹, dentre eles há empresas multinacionais e Organizações Não-Governamentais². Isso sinaliza que a Educação, no Brasil, vem sendo influenciada por políticas de gênese neoliberal e submetidas a elas. De modo geral, os apontamentos evidenciados concluem que a BNCC não foi pensada, de fato, para proporcionar a aprendizagem emancipatória, mas, sim, para atender às demandas contemporâneas do capital. Em síntese, esse estudo incita para uma reflexão crítica do atual cenário em que a educação contemporânea se encontra. Isso se torna necessário, pois as concepções ideológicas do neoliberalismo estão adentrando no sistema educativo por meio das legislações, impondo que a escola contemporânea seja moldada pelos princípios das instituições empresariais, a fim de atenderem às demandas da chamada “sociedade do conhecimento³”.

Agradecimentos: à Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Erechim; à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEPG/UFFS), financiadora de minha Bolsa de Estudo Institucional no Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPGPE) e a todos os professores e colaboradores do referido Programa.

Palavras-chave: Base Nacional Comum Curricular; Educação contemporânea; Políticas Neoliberais.

¹ Samsung Playstation, Avon, Natura, Nestlé, Telefônica, Shell, Grupo Globo, Odebrecht, Itaú, Citibank, Souza Cruz, Dudalina, Englishtown, entre outros grupos que se interessam pela privatização da educação.

² Entre os grupos não governamentais, estão: Fundação Itaú Social, Instituto Ayrton Senna, Fundação Lemann, Fundação Roberto Marinho, Fundação Cesgranrio, Instituto Unibanco.

³ O termo “Sociedade do Conhecimento” é usado por Trevisol e Almeida (2019), estando inter-relacionado ao setor empresarial, que vem crescendo em ritmo acelerado na contemporaneidade e, por causa disso, necessita de sujeitos com conhecimentos avançados para atuarem nesse setor.